



4º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica da Comarca de São Paulo

Oficial de Registro: Robson de Alvarenga

Rua Quinze de Novembro, 251 - 5º Andar - Centro
Tel.: (11) 37774040 - Email: contato@4rtd.com.br - Site: www.4rtd.com.br

REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA CONTRA TERCEIROS

Nº 692.901 de 18/12/2020

Certifico e dou fé que o documento em papel, contendo **9 (nove) páginas**, foi apresentado em 04/12/2020, o qual foi protocolado sob nº 399.498, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **692.901** e averbado no registro nº 23440/A no Livro de Registro A deste 4º Oficial de Registro Civil de Pessoas Jurídicas da Comarca de São Paulo, na presente data.

Denominação

FUNDACAO PADRE ANCHIETA CENTRO PAULISTA DE RADIO E TV EDUCATIVAS

Natureza:

ATA

São Paulo, 18 de dezembro de 2020

Carlos Augusto Peppe
Escrevente

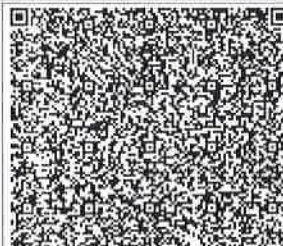
Este certificado é parte integrante e inseparável do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 70,41	R\$ 20,04	R\$ 13,71	R\$ 3,70	R\$ 4,85
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 3,40	R\$ 1,47	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 117,58



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site: servicos.cdtsps.com.br/validarregistro e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qr code.

00191309475429494



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

<https://selodigital.tjsp.jus.br>

Selo Digital

1134804P/JBC000066669CE20Q



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA, CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS, REALIZADA NO DIA TRINTA E UM DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE.

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte, às onze horas, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas, por Videoconferência, plataforma Zoom. O áudio da referida reunião foi devidamente gravado. Participaram, os seguintes conselheiros: **ANA AMÉLIA INOUE, ANTONIO DE PÁDUA PRADO JUNIOR, ANTÔNIO JACINTO MATIAS, AUGUSTO LUIS RODRIGUES, BEATRIZ BRACHER, CARLOS ANTÔNIO LUQUE, CARLOS EDUARDO LINS DA SILVA, CELSO NISKIER, CLÁUDIA CAMPELO TAVARES, CLEVERSON ALMEIDA, EDUARDO SARON, FÁBIO MAGALHÃES, FERNANDO ALMEIDA, FERNANDO PADULA NOVAES, GABRIEL JORGE FERREIRA, GERALDO CARBONE, GUILHERME AMORIM CAMPOS DA SILVA, HUGO PASSOLO DE SOVERAL NETO, ISMAEL IVO, JAIRO SADDI, JEFFERSON DEL RIOS VIEIRA NEVES, JOÃO RODARTE, JOSÉ GREGRORI, JOSÉ ROBERTO MALUF, JORGE DA CUNHA LIMA, MILTON LAUTENSCHLAGER, MARIA FILOMENA GREGORI, MARCELO KNOBEL, MARCOS MENDONÇA, RICARDO OHTAKE, ROBERTO GIANETTI DA FONSECA, SANDRO ROBERTO VALENTINI, SÉRGIO AKIO KOBAYASHI, SÉRGIO SÁ LEITÃO, VAHN AGOPYAN.** Não participaram os seguintes conselheiros: **BRUNO BARRETO, BRUNO CAETANO, CAIO YUJI DE SOUZA TANAKA, CARLOS EDUARDO PIGNATARI, EMANOEL ARAÚJO, HENRIQUE MEIRELLES, HUBERT ALQUÉRES, ILDEU DE CASTRO MOREIRA, LUIGI NESSE, LYGIA FAGUNDES TELLES, MARIA IZABEL AZEVEDO NORONHA, RICARDO RAMOS FILHO, ROSSIELE SOARES DA SILVA.** Os Conselheiros que participaram eletronicamente serão considerados presentes na Reunião Ordinária do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta, para todos os efeitos legais. A referida reunião foi gravada.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Encerramos a reunião extraordinária e vamos iniciar a nossa reunião ordinária, com o fim específico de debater o tema que o Conselheiro Carlos Eduardo Lins da Silva nos encaminhou sobre a defesa da liberdade de expressão dos analistas e comentaristas das emissoras da Fundação.

JOSÉ ROBERTO MALUF – E obrigado. Você quer que eu fale sobre o assunto?

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Não. Eu quero saber se..., porque a Margarida pediu para..., que ela não tinha recebido a carta. Todo mundo conhece a carta do Carlos Eduardo, os temas básicos da carta do Carlos Eduardo?

ANA INOUE – Sim, eu conheço.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Quem não conhece?

JORGE DA CUNHA LIMA – Eu não conheço e não recebi.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Você recebeu. Quem não recebeu, o Jorge? Você recebeu Jorge, está no teu e-mail.

JORGE DA CUNHA LIMA – Você podia fazer um resumo.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Faz um resumo ou quer que eu faça?

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Eu faço, só não estou achando a carta, esse que é o problema.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Então eu conto a história.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Espera aí. Nós vamos fazer um resumo. Eu preciso achar a carta aqui. Começa aí. O Maluf começa e eu esclareço.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Como todos sabem nós temos no Jornal da Cultura a noite sempre dois comentaristas sobre assuntos principais que serão naquela noite abordados pela..., primeiro pela informação e depois com os comentários. Numa das noites, estávamos falando, noticiando que o Governo

RENOTADO
1º RCP/USE

my

to

Federal gostaria muito de armar a população novamente ou armar a população brasileira, permitindo através de decretos que pudéssemos comprar ou que o povo brasileiro pudesse comprar armas, até quatro por habitante ou por pessoa, e que eles estavam ali na verdade, o governo estava na verdade incentivando a indústria de armas no Brasil, e permitindo, apesar de dizer que precisa de controle, de registro e etc., essa disseminação de armas por todo o país. No comentário, Ricardo Sennes que é um comentarista nosso, ele é economista e faz comentários no Jornal da Cultura há um bom tempo, antes da minha chega inclusive aqui, antes...

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Eu não acho a carta.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Não precisa. E ele então, fez um comentário duro dizendo que armar a população era aumentar os assassinatos, ia haver mais gente morta nas ruas porque qualquer um do povo poderia comprar armas, enfim, fez um comentário muito duro contra esse decreto. Primeiro, uma associação de pessoas que defendem o uso de armas mandou uma carta dura contra a TV Cultura, para a TV Cultura, se surgindo contra essa informação do Ricardo Sennes e nós conversando, ele veio conversar comigo, primeiro falou com o Leão Serva que é o diretor de jornalismo, depois veio falar comigo e eu perguntei para ele: Bom, você pretende de alguma maneira dizer que não foi bem assim ou haver alguma retratação? Ele disse: Não. Eu não pretendo, eu acho exatamente isso e vou manter a minha posição. E a TV Cultura? A TV Cultura acha que se essa é a posição, você mantém a posição.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Achei a carta aqui.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Achou? Quer ler? O Paéco encontrou a carta e ele vai ler..., que não é longa, é uma carta.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Então, além da introdução, sugiro a análise..., quero pedir a inclusão do assunto abaixo resumido na próxima reunião do Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta. Sugiro que a Fundação analise que tipo de proteção ela pode oferecer aos seus jornalistas e comentaristas fixos ou esporádicos, que venha ser alvo de perseguição ou assédio por opiniões emitidas em programas de seus veículos. Como é sabido, o comentarista do Jornal da Cultura, Ricardo Sennes, responde a sessenta e sete processos em trinta e cinco cidades diferentes movidos por pessoas que se dizem colecionadores de armas ou caçadores e organizados para agir assim por meio de redes sociais. Eles se dizem ofendidos por um comentário feito por Sennes no Jornal da Cultura, sobre medidas tomadas pelo Presidente Jair Bolsonaro, com o intuito de afrouxar a regulação de rastreamento e controle de armas no país. Essa avalanche jurídica que pode aumentar, implica para o comentarista gastos de grande monta para defender-se e deslocamentos para estar presente em audiências em diversas partes do país. Em 2007 a jornalista Elvira Lobato foi alvo de intimidação similar. No seu caso foram cento e onze ações movidas contra ela por supostos fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus que se diziam ofendidos por reportagem que ela publicou na Folha de São Paulo sobre as atividades de empresas ligadas à igreja. Lobato recebeu apoio da Folha para poder enfrentar a maratona de defesa pelo país que obrigou a interromper as suas atividades profissionais por três anos. Não sei se a Fundação Padre Anchieta está dando auxílio à Sennes, mas creio que o Conselho deveria recomendar que estude a possibilidade de fazê-lo, não só nesse caso, mas em outros possam a vir ocorrer. Algo muito provável em razão do ambiente político de beligerância que vivemos no um país atualmente. O comportamento que processam o Sennes, é um claro ato de tentativa de coibir a liberdade de expressão. Acho que a Fundação Padre Anchieta deve prestar a máxima assistência possível a ele e a outros que venham a ser vítimas dos atos similares. Caso a Fundação tenha política estabelecida e em pratica para situações desse tipo, evidentemente minha sugestão é desnecessária. Se for o caso, proponho que o Conselho manifeste a sua solidariedade ao comentarista em nome do direito à liberdade de expressão. Na sequência, ele falou que ele teria esse problema que ele teria que sair e ele mandou uma outra carta que, eu, no meu grande conhecimento sobre informática, etc., e tal, se eu achar ela aqui rapidamente eu vou ler para vocês porque é importante. Mas vocês podem começar..., termina de explicar o que aconteceu.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Muito bem, aí então, conversei com o Leão Serva que é o diretor de jornalismo e com o Ricardo Sennes, e conversamos com o nosso jurídico sobre o que a gente podia fazer para ajudá-lo. O que o jurídico sugere é que nos processos a gente possa aparecer como amigos cúria, porque ele não é nosso contratado, ele é apenas um comentarista do telejornal. A sugestão seria, não nossa, mas dos juristas, eu sou advogado, mas não estou falando em meu nome, estou falando em nome dos advogados, que a OAB defendesse o Ricardo Sennes, aliás, é o que diz também o Carlos Eduardo na segunda carta que ainda não foi encontrada, mas vai ser. Ah, já achou. Quer ler a segunda carta?

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Eu conversei com o Carlos Eduardo e a gente discutiu a diferença que existe entre funcionário da televisão e comentaristas da televisão. No caso, a Elvira Lobato era funcionária da Folha, também discuti isso com o Maluf. E no caso nosso aqui, eu acho que não há

nenhuma dúvida que qualquer funcionário nosso em qualquer circunstância os processos todos serão defendidos pela Fundação. Entretanto, quando um comentarista, conversando sobre isso com o Carlos Eduardo, ele falou: Com a reunião virtual eu posso ficar amanhã, mas só até às dez e trinta. Espero que até esse horário já se tenha podido discutir o tema que sugeri, mas receio que não, já que a eleição deve ser demorada. Caso a discussão ocorra depois de eu sair, gostaria de deixar com você a ideia de que, uma das possíveis soluções para o problema que levantei, pode ser algum tipo de pedido de auxílio a OAB, para que ela mobilize advogados que se disponham a fazer o trabalho (pró bono) para os jornalistas ou comentaristas vítimas de assédio judicial como o que ocorre agora. Obrigado e um abraço. Carlos Eduardo.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Então, completando. Conversando com ele, ele entendeu que nós não temos no nosso orçamento nenhuma possibilidade de gastar dinheiro com o comentarista, só com o funcionário. O jornalista que é nosso funcionário e tiver um problema desses eu tenho que mobilizar céus e terras em nome da Fundação Padre Anchieta. No caso do comentarista, essa rubrica não existe no nosso orçamento e nós podemos ser, inclusive, acusados de administração e errada à frente da Fundação. A única maneira que eu encontrei com ele para resolver em parte o problema foi, no programa O Brasil depois da crise, que vai ao ar às onze e quinze da noite, às quintas-feiras, colocarmos ele, ele já era o comentarista, não ganhava nada e eu passei a pagar a ele por essa participação nesse programa para diminuir o prejuízo que ele está tendo com essas ações todas. Das sessenta e sete ações, ele já venceu trinta e duas, mas nós ainda não comentamos nada porque de acordo com ele ainda e de acordo com a advogada dele, a Taís, que é uma advogada de veículos de comunicação, a gente acha que não deve ainda divulgar esse assunto. Devemos divulgar quando tiver cinquenta, sessenta ações ganhas que é o que a gente imagina que vai acontecer. Ela foi muito..., ela cobrou uma quantidade de honorários bem..., digamos assim, palatável, bem..., de uma forma até tímida para poder ajuda-lo inclusive e nós damos o apoio que nós podemos dar. Contratando ele nesse programa, nós estamos ajudando a pagar esta conta, mas oficialmente, nós não poderíamos porque o orçamento não permite e teríamos problemas com o Tribunal de Contas. Como nós operamos by the book o tempo todo, infelizmente nós não podemos pagar a conta dele nesse caso. Diretamente, eu estou pagando a ele de forma indireta para fazer jus, para fazer frente a essas despesas que ele está tendo.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – É a Taís Gasparian né?

FÁBIO MAGALHÃES – Eu conheço bem a Taís Gasparian. Mas o que eu acho Paéco e Maluf, esse tema é extraordinariamente relevante. O caso dele é apenas um caso. Outros casos eu já li a respeito na imprensa, é uma prática que está sendo adotada de intimidação e é uma prática orquestrada. Ela parece que as pessoas individualmente se sentem ofendidas e armam para o processo, quando na verdade é uma questão orquestrada. Eu proponho que a televisão discutisse esse tema, tivesse um programa, pode ser até no própria Roda Viva, trazer jornalistas para discutir esse tema e advogados. A Taís Gasparian ela é advogada da Folha de São Paulo.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Exatamente.

FÁBIO MAGALHÃES – Ela é minha amiga, é uma advogada extraordinária, tem uma vivência enorme nos problemas que envolvem o jornalismo e eu acho que a Taís poderia elucidar muito e nós poderíamos desenvolver uma discussão muito produtiva. E eu tenho certeza que isso terá uma repercussão extraordinária. Então, era essa a minha proposta.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Adorei a proposta.

BEATRIZ BRACHER – Ótima proposta, muito boa.

BIBIA GREGORI – Ótima proposta Fábio.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Presidente Fábio, um minuto. Eu só acho, nós evitamos falar desse assunto neste momento na televisão enquanto os processos na grande maioria ainda não julgados para não atrapalhar esses julgamentos das ações. Isso é uma posição do próprio Ricardo Sennes, não é posição da televisão, eu já teria dito gatos e sapatos, mas ele acha que é inoportuno mexer nesse assunto agora. Eu prometo e acho que devemos tratar esse assunto em um momento oportuno e não agora.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Veja bem gente, eu tenho a impressão...

BIBIA GREGORI – Eu posso falar Paéco um minutinho? Uma experiência que a gente teve na Associação Brasileira de Antropologia também com processos desse tipo.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Se você quiser me interromper, eu deixo Bibia, porque eu ia falar antes.

BIBIA GREGORI – Ah não, de maneira alguma.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Eu estou brincando. (Risos). Eu só ia falar uma coisa bem curtiinha que é o seguinte, se a gente toca no assunto antes de ter uma vitória expressiva, eles podem aumentar o número de processos. É esse o raciocínio básico porque que a gente tem que esperar um pouco mais. Mas é isso basicamente. Pode falar Bibia.

BIBIA GREGORI – É só uma experiência que eu tive na ABA, na Associação Brasileira de Antropologia porque se vocês podem imaginar, a gente sofre processos. O processo inclusive foi de CPI alguns anos atrás e sofremos processos também de algumas Associações Agropecuárias do Paraná que duraram anos. E são terríveis esses processos porque, de fato, eles vão para a justiça, a gente ganha na primeira instância, mas perde na segunda, volta para a primeira instância e nós perdemos, era para a gente abrir todos os nomes das indicações que fizemos de antropólogos, indicações que fizemos para a Procuradoria Geral da República de nomes de antropólogos para tecnicamente fazerem laudos e eram..., enfim, foi um processo muito horrível. Mas o que fizemos e que eu acho que talvez valesse, eu acho que é absolutamente cabível que se espere e que a gente escute os advogados e os juristas para ver qual é a melhor estratégia evidentemente para não prejudicar o Sennes nisso né. Quer dizer, ele é comentarista e eu até ia perguntar se o fato dele estar agora recebendo indiretamente por um trabalho, se isso não constitui aí uma situação de maior aderência vamos dizer, não como funcionário, mas de uma aderência a ele a Fundação, isso é uma pergunta. Mas a segunda é a seguinte, a gente fez na ABA um convênio com a Procuradoria Geral da República, evidentemente, naquele período a gente tinha a Debora Duprat, hoje ela se aposentou, mas eu acho que tem Procuradoria Geral nos estados, procurar um procurador ou uma câmara que seja sensível ao problema da liberdade de expressão e a gente fez esse convênio no sentido de defender casos de violação de direitos fundamentais, no caso que eu acho que é o caso de vários jornalistas, não apenas desse economista que faz comentário para nós. Então, eu acho que se fizesse uma articulação, se utilizasse não esse caso específico, mas uma articulação com a Associação Brasileira de Jornalismo no sentido de tentar um..., Guilherme Amorim sabe disso muito bem porque me ajudou muito no que a gente tentou fazer na ABA. Mas eu tenho a impressão que esse tipo de caso implica um apoio na assessoria jurídica, mas implica um apoio também político, no sentido da articulação entre os atores sociais desse campo com algumas pessoas dos órgãos públicos responsáveis, que possam estimular e dar respostas às investigações feitas. Então era isso.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Perfeito, acho perfeito, podemos fazer sim, isso é bem possível. Vamos pensar nisso. Obrigado pela sugestão.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Alguém quer falar?

MARCOS MENDONÇA – Eu queria dar uma palavrinha Paéco, posso falar?

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Deve, pode.

MARCOS MENDONÇA - Essa alternativa que a Bibia deu, me parece extremamente interessante e também essa questão da OAB tentar se vincular a isso. Mas eu acho que a gente tem um problema mais sério aí que é a questão do exemplo, ou seja, na medida em que, na verdade haja essa intimidação feita pela proliferação de ações, evidentemente que qualquer comentarista vai ficar extremamente preocupado de poder estar exercendo a sua liberdade de expressão no âmbito da TV Cultura. Eu acho que talvez a gente pudesse criar uma espécie de um guarda-chuva aprovado vamos dizer, pelo Conselho e de repente até dentro das funções do jurídico da Fundação, enfim, alguma alternativa que a gente talvez pudesse estudar, se debruçar para garantir, dar mais força para o comentarista porque já é uma intimidação só o procedimento das pessoas terem feito dezenas de ações. Agora, se além disso tiver uma grande dificuldade em ele se defender, ele buscar ele próprio ter que buscar caminhos, eu acho que agrava ainda mais. Nós vamos caminhando para o sentido de atender aos interesses daqueles que querem colocar uma censura e um grilhão sobre as opiniões livres que os comentaristas podem dar. Então, me parece que a gente tem que talvez, e a gente tem tempo aí, até porque nesse primeiro momento há um interesse em não se divulgar isso, e se refletir melhor uma alternativa que dê mais força ao comentarista para ele se sentir mais amparado e com maior liberdade de expressar livremente a sua opinião, que aliás, é um papel que a TV Cultura sempre outorgou e quis garantir aos seus convidados na..., entre comentaristas.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Continua mantido, nós damos liberdade total aos comentaristas.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – O Augusto quer falar. Fala Augusto.

AUGUSTO LUIS RODRIGUES – José Roberto, me preocupou um pouco esse impedimento jurídico que nós temos de defender os colonistas nossos né. Então, no caso da Rede Globo, por exemplo, acho que Bandeirantes também, as empresas foram lá e defenderam os colonistas.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Porque são funcionários.

AUGUSTO LUIS RODRIGUES – Então, nós tínhamos que ter alguma forma, talvez Paéco, ou então que o Conselho autorizasse fazer para dar mais segurança aos colonistas, senão eles vão ficar daqui para frente, o Marcos tem razão, eles vão ficar muito intimidados de falar, de expressar a sua opinião daqui para frente. Talvez o Conselho possa dar uma segurança para você que daqui para frente a diretoria executiva tenha autorização para defender os colonistas. Eu não sei como fazer isso. Tem que ter essa segurança né.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Vamos colocar no Comitê Jurídico?

SÉRGIO KOBAYASHI – Paéco, eu queria dar uma palavra.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Antes de dar a palavra, eu acho que esse tema é um tema relevante, tem questões jurídicas, complexas, tem ações que a gente pode articular e eu acho que a gente deve estimular esse debate hoje o mais possível, mas de todo modo, eu já proponho desde já que, muito brevemente, na próxima semana, o Conselho articule uma reunião com o Comitê Jurídico, com o departamento jurídico da televisão e com todos os conselheiros que queiram participar para que a gente possa aprofundar isso e ver as duas saídas, se nós podemos construir um guarda-chuva, se nós podemos ter um apoio com a OAB, se nós podemos ter um acordo com as outras instituições, sobretudo, com a Procuradoria Geral que é uma coisa muito importante, enfim...

JOSÉ ROBERTO MALUF – O que a Bibia propôs.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – O que a Bibia propôs, enfim, isso eu creio que é o caminho prático. Agora, por favor Sérgio, com a palavra.

SÉRGIO KOBAYASHI – Olha, acompanhando a manifestação do Marcos e do Augusto, eu como jornalista me preocupo muito com isso na medida em que a gente corre o risco de não ter mais comentaristas nos nossos jornais.

AUGUSTO LUIS RODRIGUES – Exatamente.

SÉRGIO KOBAYASHI – Por isso se sentem constrangidos e até temerosos. E lembro também agora da nossa condição de Fundação privada, portanto, esse temor que nós temos de Tribunal de Contas, de Ministério Público, eu acho que isso está superado essa condição nossa de Fundação privada. Vamos fazer o guarda-chuva com receitas oriundas de receitas próprias e não de receitas públicas. Talvez a gente possa aqui no Conselho criar uma determinação nesse sentido e que se crie um guarda-chuva ou que se contrate um escritório de advocacia externo para fazer a defesa desses nossos comentaristas. De fato, não são nossos funcionários, são nossos colaboradores tá. Essa é a sugestão que eu dou nesse momento.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Eu só queria esclarecer Serginho que, infelizmente nós continuamos sobre todas as regras do Tribunal de Contas, não mudou absolutamente nada até agora e tudo que a gente conversou no jurídico e na auditoria sobre esse tema. Claro, mas de todo modo, eu queria dizer para você que o tema é relevante e eu gostaria que a gente fizesse essa reunião do Comitê Jurídico para que a gente pudesse transformar isso em uma proposta prática para ser aprovado formalmente na primeira reunião do Conselho que será em outubro. Até lá eu acho que as coisas..., elas têm que passar por um processo de amadurecimento que eu proponho que seja esse, ok?

MARCOS MENDONÇA – Paéco, eu acho ótima a tua sugestão. Acho que isso é um encaminhamento que pode dar uma solução tranquila para todos nós, correto?

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Eu participo de mais uma reunião do Comitê Jurídico que eu adoro, certo. (Risos)

JOSÉ ROBERTO MALUF – Olha Sérgio, Marcos, nós com o acordão na mão, depois que for publicado, depois da gente pedir para o Celso Mello para ajudar, publicar porque ele não entregava o voto dele, enfim, demorou dez meses para sair o acordão. Com o acordão na mão nós fomos no Ministério Público, fomos no Tribunal de Contas, mostramos, conversamos e tentamos mudar alguma coisa em relação ao que temos de restrições. Eles entendem que continua tudo como era até agora. Esse é um grande problema, talvez a gente vai ter que ir para a justiça de novo para tentar mostrar que como Entidade de Direito Público pode ter as restrições atenuadas pelo menos, mas até agora nada aconteceu. Agora, eu gostei da ideia da reunião do Comitê Jurídico e aí eu acho que nós todos podemos participar.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Porque daí eu marco uma data que o Carlos possa participar, o Carlos Eduardo. Gabriel, espera aí.

BIBIA GREGORI – Ow Paéco, eu sugeriria ao Carlos Eduardo como conselheiro se ele já não adianta as possíveis articulações. Ver que Procurador Geral da República poderia ser..., enfim, conversado conosco, quem da OAB e também a Bia Bracher acabou de sugerir a Comissão Arns, que eu acho também que é bem cabível pelo tema né.

ny
th

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – está bom, é claro e antes de ter a reunião, a gente faz uma lição de casa, pode ficar tranquila. O Gabriel pediu a palavra e eu queria passar a palavra a ele. Por favor.

GABRIEL JORGE FERREIRA – Eu queria fazer aqui um comentário sobre essa questão de responsabilidade. Quer dizer, a proporção de direções do tipo dessas que aqui estão se discutindo, isso faz parte do exercício da democracia, do exercício do direito de (2:44:34) em juízo. Existe uma definição antiga de direito subjetivo do saudoso professor Alfredo Telles Junior que eixa muito claro, que faculdade todos têm de exigir do Poder Judiciário a reparação do dano onde o bem causado. Nós temos uma regra no estatuto que se aplica a funcionários e a administradores que dá cobertura jurídica, de assistência jurídica nas hipóteses em função dos atos de gestão, haver algum questionamento sobre os atos praticados. Isso está previsto no estatuto ou como uma assistência direta da área jurídica, ou através de seguro que a Fundação constituiria. Nesse caso aí, é um assunto muito delicado, nós precisamos estudar juridicamente com muita profundidade, inclusive ouvir especialistas dessa área que atuam em órgãos de comunicação social porque se por ventura houver um questionamento de um pronunciamento feito por desses especialistas que participam do Jornal da Cultura, e por alguma forma existir o envolvimento da Fundação com, digamos assim, a defesa que ele terá que fazer, isso pode contaminar digamos, a relação, e tornar a Fundação também corresponsável. Por isso, é um assunto que precisa ser muito bem debatido. Nessa reunião do Comitê Jurídico eu acho que nós podemos então selecionar alguns nomes de advogados que militam nessa área de comunicação social para que a gente possa construir uma proposta inteligente e segura.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Muito bom Gabriel, eu adorei e é o seguinte..., só um minutinho gente, eu vou falar um minutinho só e aí eu passo a palavra para todos. A Taís é amiga nossa, também é minha amiga, do Fábio, eu acho que ela seria uma pessoa bem importante para estar nessa reunião. A gente vai ver se consegue coloca-la, fazer a lição de casa. A gente faz essa reunião em dez dias e até lá eu faço essa lição de casa de falar com o Carlos, falar com todo mundo e falar se a Taís topar, bom também. Mas, por favor, a Cláudia quer falar e quem mais quer falar?

CLAUDIA CAMPELO TAVARES – Acho que é o Luque.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Não, o Luque está no celular. Fala então Claudinha.

CLÁUDIA CAMPELO TAVARES – O Luque está com o áudio aberto. Só para a gente refletir, claro que a gente vai ter todo o cuidado em relação ao Sennes, o processo como o doutor Maluf falou, ninguém quer expor ainda mais as pessoas. Mas o assunto, Assédio Jurídico talvez..., sem os exemplos, sem o Sennes ou de alguma outra forma, talvez seja um assunto que a gente tenha que levantar mesmo em algum debate, fazer uma programação, porque isso está se espalhando e a gente acho que tem que colocar luz sobre isso para chegar em outros caminhos aí. Talvez a gente tenha que pensar em abordar esse assunto sim, sem o caso do Sennes.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Ah não, eu acho que nós temos que abordar com o caso do Sennes. Aguarda mais um pouquinho e com o caso concreto.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Cláudia é o seguinte, eu acho que a gente tem por dever até moral de pedir a opinião da Taís e dele para a gente tocar mesmo que indiretamente nesse assunto, porque nós podemos complicar a vida dele. Se eles toparem, a gente toca.

CLÁUDIA CAMPELO TAVARES – Com certeza, eu estou falando para a gente refletir e não perder o tema de vista.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Não, nós não vamos perder o tema, mas a gente precisa..., porque..., enfim, às vezes o advogado fala: Não, pelo amor de Deus não faça isso. A própria Taís que é uma pessoa super respeitada e competente na área.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Foi ela quem pediu para não mexer nisso agora.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Quem amis gostaria de falar?

CARLOS ANTÔNIO LUQUE – O Luque.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Luque, por favor, com a palavra professor Luque.

CARLOS ANTÔNIO LUQUE - Olha, todas as sugestões que foram dadas aí eu concordo plenamente, nós estamos vivendo um momento muito delicado e nós temos que, evidentemente proteger a livre expressão. Eu só gostaria de sempre lembrar o que já foi dito pelo Maluf, por você Paéco, de que a Fundação Padre Anchieta digamos, ainda ela está..., digamos, sobre os controles do Tribunal de Contas. Então, eu acho que seria interessante que além de todas essas outras ações que foram apresentadas e que eu acho que são fundamentais, também a Fundação deveria olhar para dentro da estrutura governamental interna na Procuradoria Jurídica, ter uma opinião, e, eventualmente até no próprio Tribunal de Contas, de conversar lá sobre a situação que é bastante delicada. É só isso.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – É, a gente pode de uma maneira informal consultar o Tribunal de Contas porque formalmente eles já disseram que eles não respondem. Mas informalmente a gente manda.

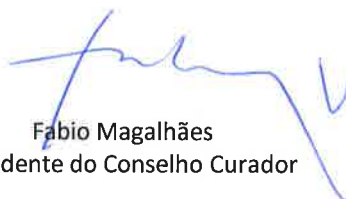
CARLOS ANTÔNIO LUQUE – Não, não, eles não vão responder, mas sempre é competente conversar.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Exatamente. Muito bem, mais alguém gostaria de ter, pedir a palavra? (Sem respostas). Eu gostaria então de encerrar, é a última vez que eu participo das reuniões do Conselho, mas eu queria encerrar com o nosso querido Ismael dando uma palavra final conforme estabelecido até aqui na minha gestão. Quero deixar bem claro que foi na minha gestão que o Ismael termina todas as falas do Conselho. Vai Ismael, por favor. Olha só a obrigação que você tem heim, dar continuidade a esse trabalho. Vai lá Ismael.

ISMAEL IVO – Muito obrigado. É um grande prazer fazer isso e como você mencionou, era função da nossa querida Lygia né, Lygia Fagundes Teles e eu com todo prazer faço isso. Agora, eu queria antes de terminar, fazer eco das vozes das mulheres do Conselho, a Ana, a Cláudia e a Beatriz, aonde eu também penso que uma mulher da etnia negra poderia também ser considerada a fazer parte do Conselho da TV Cultura. Eu acho que seria também uma representação muito importante dentro do Conselho a presença de uma conselheira, de uma mulher negra dentro do Conselho. E dou as boas-vindas ao Jorge Damiano, agora são dois homens dentro do Conselho que representam a comunidade afro-brasileira. Para hoje, para eu terminar o nosso encontro, eu escolhi Clarice Lispector. E Clarice nos diz: A vida é para quem é corajoso o suficiente para se arriscar e humilde o bastante para aprender. Clarice Lispector.

JOSÉ ROBERTO MALUF – Muito bem.

PRESIDENTE (Antônio de Pádua Prado Junior) – Muito bem. Muito obrigado. Encerrado então mais essa reunião do Conselho. Obrigado a todos e até mais. Agora nos botecos e na reunião do Conselho Jurídico também vai. Tchau para vocês!



Fabio Magalhães
Presidente do Conselho Curador



Maria Filomena Gregori
Secretária da Mesa do Conselho Curador